



**ENAN
PUR** 2023
Belém 22 a 26 de maio



Repensar a habitação?

Novas/velhas formas de morar

RESUMO GERAL

Não seria exagero dizer que as formulações acadêmicas concernentes à análise crítica, à avaliação, à proposição de diretrizes e políticas e aos projetos de habitação mantêm-se utilizando concepções espaciais ancoradas em certa visualidade demiúrgica; na supressão do tempo, do movimento, dos diferentes hábitos e hábitos e do cotidiano; e nas separações entre canteiro e projeto e entre sujeito e objeto (SAINZ, 2005; NASCIMENTO; TOSTES, 2011; ESCOBAR, 2016; MARTÍNEZ ESPINAL, 2016; FREITEZ, 2019; RUGERI, 2019). Mesmo assim, os espaços habitados resultantes de tais discursos e práticas mormente são apresentados – no contexto de um rescaldo de ideais universais, “racionalistas” e desenvolvimentistas de um movimento moderno agonizante, mas ainda muito influente na América Latina e, particularmente, entre profissionais de arquitetura do Brasil – como solução neutra, única possível, de obviedade funcional e programática. Diante do quadro, e de forma geral, o máximo de problematização de sujeitos/as e subjetividades que costumamos encontrar no debate da questão habitacional ocorre pelo viés de classe (ver, entre outros: BONDUKI, 1994; MARICATO, 2000; CARDOSO; JAENISCH; ARAGÃO, 2017).

A contrapelo, sabemos que a interseccionalidade é transversal a qualquer tema. Por conta disso, há escritos que vêm fazendo esmiuçadas revisões de certa literatura em atenção às relações entre espaços, gênero e sexualidades (ver, por exemplo: HELENE, 2019; MOASSAB, 2019; MOASSAB; RUGERI; FREITEZ; NAME, 2020; NAME, 2020; TAVARES; HELENE, 2021). Tais escritos demonstram que as concepções racionalistas e funcionalistas sobre o construído e o habitado são pautadas por sensibilidades brancocêntricas, androcêntricas e heterocisnormativas. Nesse sentido, o trabalho, as atividades e, sobretudo, as prioridades da masculinidade hegemônica patriarcal, heterossexual e branco-burguesa são o que maioritariamente organizam e dão forma e sentido, por um lado, à cidade e à rua, *loci* do *patrimônio* masculino e público; e, por outro, à casa e ao lar, *loci* do *matrimônio* e do privado que, embora enunciados como *femininos*, mantêm-se concebidos como propriedade de um patriarca e, por isso, tendem a não prover experiências de autonomia e liberdade às mulheres – brancas e, sobretudo, não brancas (SPINDULA; NAME; MOASSAB, 2020). Há, além disso, as pesquisas que tomam em conta a exclusão e a resistência de corpos dissidentes em termos de gênero – grupos *queer* e população LGBTQIAP+ – na cidade e no espaço habitado (BROWN, 2000; KNOPP; BROWN, 2003;

KNOPP, 2004; 2007; BORGHI, 2014; ISLAS, 2015; SPINDULA; NAME; MOASSAB, 2020).

Problematizando ainda mais a questão, há os trabalhos que trazem à cena as questões étnico-raciais (ver, por exemplo, RAMOS PENHA, 2016; PEREIRA; LIMA; ARAÚJO; SOUZA, 2017; PEREIRA, 2019). Nesse contexto, é bell hooks quem nos lembra, em seu emocionante texto sobre a potência do lar para a comunidade negra, o quanto tem sido responsabilidade de suas mulheres construir espaços de acolhimento e resistência frente à dura e brutal realidade da opressão racista e machista nos espaços coletivos e públicos. Diz-nos ela que

uma vez que o machismo delega às mulheres a tarefa de criar e sustentar o ambiente doméstico, tem sido sobretudo responsabilidade das mulheres negras construir lares como espaços de acolhimento e cuidado face à dura e brutal realidade da opressão racista e da dominação machista. Ao longo da história, as pessoas afro-americanas têm mostrado acreditar que a construção da casa, ainda que frágil e simples (a cabana de escravizados, o barraco de madeira), tem uma dimensão política radical. Apesar da brutal realidade do apartheid racial, da dominação, o lar de uma pessoa era o único lugar onde ela podia enfrentar livremente a questão da humanização, onde ela podia resistir. As mulheres negras resistiram constituindo lares onde todos os negros pudessem se empenhar em ser sujeitos, não objetos; onde pudessem encontrar conforto para nossos pensamentos e nosso coração apesar da pobreza, das dificuldades e privações; onde pudessem restaurar a dignidade negada a nós do lado de fora, no mundo público (hooks, 2019, p.105)

Reunindo pesquisadoras de 6 diferentes grupos de pesquisa – Grupo de Pesquisa e Extensão "Direito à Cidade" (GPDAC); Grupo de Pesquisa em História do Urbanismo, da Cidade e da Habitação (URBIS); Margem_Laboratório de Narrativas Urbanas (MARGEM_Lab); Núcleo de Estudos do Estatuto da Cidade (NEST); Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa da Paisagem (NIPP); rede AFROARQ – e de 5 instituições acadêmicas – UFAL, UFF, UFRGS, UNEB e USP –, os enfoques trazidos nesta sessão exemplificam diferentes abordagens interseccionais relacionadas à habitação. O objetivo é repensar a temática a partir de dimensões de raça e/ou gênero e/ou sexualidades. Além disso, para além do morar, também dão atenção a espaços políticos seguros de fortalecimento e de cura, semelhantes ao que bell hooks nomeou de “comunidades significativas de resistências” (hooks, 2019).

MEDIAÇÕES ENTRE A CASA E A CIDADE: DESCONSTRUINDO VELHAS FORMAS DE MORAR

O trabalho analisa criticamente a ideia hegemônica de casa como uma unidade de agrupamento humano atribuída à família hétero-capitalista (HALBERSTAM, 2005; BONFANTE; HELENE, 2022), um modelo de morfologia arquitetônica historicamente contextualizado que se estrutura como uma tecnologia capitalista colonial e cis-hétero-patriarcal (HELENE et al., 2022). Criada durante a consolidação do capitalismo e em consonância com a formação das cidades, tal ideia transformou profundamente a organização social, não só confirmando o lugar destinado à realização das atividades

reprodutivas, mas também substituindo as até então predominantes relações comunitárias e coletivas de cuidado pela supremacia da propriedade e do indivíduo (FEDERICI, 2017, p. 332-333). Assim, a casa passa a ser referenciada pela lógica edipiana “papai-mamãe-filhinho” (DELEUZE; GUATTARI, 2020); pela propriedade privada e pela herança (ENGELS, 2019); pelo casamento burguês cis-heterossexual; pela divisão sexual do trabalho; pela procriação; pela monogamia e pela branquitude (BONFANTE; HELENE, 2022). Sua morfologia arquitetônica vai determinar ainda espacialidades entre fora e dentro a partir das dicotomias criadas entre o domínio público e o privado. Nesse contexto, será tomada como secundária, subjetiva e irracional frente ao espaço público (lugar do homem) visto como de maior importância, calcado na objetividade e na racionalidade (MUXÍ MARTINEZ, 2018, p. 20, 52). No Brasil, o sonho da casa própria ocupa lugar central nas aspirações da classe trabalhadora, refletindo a centralidade liberal da propriedade e da individualidade, um ideal criado durante a tentativa de “modernização” da sociedade brasileira para sua incorporação ao capital industrial durante o Estado Novo (BONDUKI, 2011; ROLNIK, 2007).

No entanto, são múltiplas as formas de produção do espaço contra-hegemônicas produzidas nas margens da urbanização, sobretudo aquelas engendradas pelos movimentos sociais, como veremos ao longo das demais exposições desta sessão livre. Nesta apresentação, em específico, serão trazidos alguns exemplos que abraçam uma reflexão sobre a casa que desconstrói essas velhas formas de morar: projetos participativos de elaboração e construção de mutirões autogeridos de loteamentos habitacionais por movimentos sociais de luta por moradia (HELENE et al, 2022); e duas casas de acolhimento LGBTQI+: a Casa Nem (BORGES, 2018) e a Casa 1 (DUARTE, 2021).

Em tais experiências revela-se a importância de entender como o desenho do espaço pode permitir e potencializar a realização de atividades que sustentam a diversidade e a vida coletiva e comunitária, “questionando o próprio conceito de normalidade que jaz em determinadas configurações familiares sociais e sexuais” (BONFANTE; HELENE, 2022, p. 17). São ensaios de mundo realizados nas margens e que trabalham politicamente na dissolução de hierarquias dicotômicas e separações estanques como cidade/casa, família/indivíduo, coletivo/individual, homem/mulher e no transbordamento das esferas público/privada e política/doméstica, permitindo uma mediação entre as tarefas produtivas/reprodutivas a partir de conexões entre os espaços edificados e os espaços livres. Ao mesmo tempo, tais experiências se constituem como reivindicações sociais e políticas de grupos urbanos dissidentes, reinscrevendo na cidade formas de morar, corpos e sujeitos/as invisibilizados/as.

TERRITÓRIOS AQUILOMBADOS: CASAS E QUINTAIS NEGROS URBANOS COMO ESPAÇOS DE RESISTÊNCIAS

Habitar o espaço, a partir dos significados de coletividade e ancestralidade, coloca-se como premissa fundamental para algumas etnias africanas, como as bantus, as quais, numa relação sagrada com a terra, mantiveram grande parte desses costumes e crenças, mesmo frente às violências do processo diaspórico. Quando analisamos algumas

territorialidades negras no Brasil – por exemplo, os quilombos rurais e urbanos –, tais elementos são altamente observáveis. Segundo Clóvis Moura (1993), os quilombos foram a maior representação material e simbólica da resistência negra no país e guardam uma série de similaridades com os *Kilombos* africanos. Nesse contexto, a presente abordagem analisa as casas e quintais negros urbanos no interior paulista (Brasil), no período pós-abolição, considerando tais espacialidades, como territórios aquilombados, destacando suas similaridades com os *Kilombos* e os *Kraals* africanos. Neste percurso, dialoga com autoras e autores como Angela Mingas (2011), Beatriz Nascimento (1985), Clóvis Moura (1993), Henrique Cunha Jr. (2019), Raquel Rolnik (1989) e José Tavares de Lira (1999), com vistas a mapear as trajetórias de homens e mulheres negros e suas relações identitárias com o espaço doméstico e a cidade – destacando suas crenças, práticas culturais e modos de viver na sociedade. Para tal, emprega as técnicas da história oral, além de levantamentos arquitetônicos, fotográficos e documentais, com o intuito de registrar essas espacialidades e seus processos de aquilombamento. Por fim, sugere o reconhecimento desses territórios como patrimônio cultural afro-brasileiro e aponta o seu registro e divulgação como ferramentas essenciais para a sua preservação.

DO CORPO À CIDADE, DO QUILOMBO À METRÓPOLE: ABORDAGENS ESCALARES SOBRE QUINTAIS QUILOMBOLAS EM ÁREAS DE EXPANSÃO URBANA NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

No contexto de uma dinâmica urbana acelerada, onde impera a ação do capital na produção do espaço urbano, narrativas são produzidas e amplificadas para acelerar o processo de urbanização. A desqualificação que pesa sobre a forma do habitar tradicional dos quintais é acionada para atrair modelos arquitetônicos que negam as práticas produtivas e sociais dos mesmos. A proximidade de áreas protegidas, como as unidades de conservação ou os parques urbanos, são uma âncora do mercado imobiliário que, não raro, substituirá as formas existentes em nome de uma modernidade e uma estética alusivas a uma vaga noção de natureza – sem, contudo, tê-la como parte de si (GOMES, 2013; MONTEZUMA, 2020). Substitui-se a natureza do valor de uso e da existência – um habitat – pela natureza como valor de troca, mercantilizada e fetichizada – o habitar.

Situados no interior dos lotes, os quintais desenvolvem várias atividades do cotidiano da população, tais como lazer, convívio social, produção e execução de atividades domésticas como jardins, hortas, criações e pomares (HOLTHE, 2002) – pequenas produções, de fácil acesso, que servem à alimentação imediata, à produção medicinal (remédios caseiros) e à proteção espiritual. Também contam com as ferramentas e os utensílios que promovem a preparação de comidas, rezas e fumos, tais como fornalhas, varais e pilões (FERREIRA, 1995). Desta forma são, ao mesmo tempo, o armazém, a farmácia e o templo espiritual, ao alcance das mãos. Subsidiem trocas ou pequenas comercializações que, muitas vezes, complementam a renda da família (AMARAL; GUARIM-NETO, 2008), em geral cuidada por mulheres.

Estudos da escravidão urbana apontam os quintais e os jardins, juntamente com os porões e as cozinhas, como espaços destinados à escravaria (SANTOS, 2010). Dos escravizados aos quilombos, passando às

favelas e às periferias, e devido às práticas neles desenvolvidas, os quintais são identificados, neste trabalho, como espaços de resistência de um habitar/habitat que reafirma alternativas aos direitos negados. A disputa pela natureza insularizada nos espaços urbanos conota processos de dominação e apropriação que se concluem na expulsão dos moradores localizados na proximidade dessas áreas, normalmente portando lógicas de morar que não são similares àquelas desenvolvidas nos quintais. A transformação urbana, nesses entornos, resulta em perdas de diversidade e direitos pois, se para alguns os quintais representam territórios de existências, para outros são territórios de troca (MONTEZUMA, 2020).

Neste sentido, o trabalho em tela consiste em discutir os quintais como lócus de disputas entre o habitar de resistências da população negra e o habitar representado pelo capital imobiliário, elegendo como estudo de caso áreas de expansão urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

DAS NECESSIDADES ÀS REALIDADES, DA S.T.A.R. HOUSE AOS DIAS ATUAIS: AS CASAS DE MUITOS NOMES, TRAVESSIAS, PASSAGENS E PERMANÊNCIAS

O presente trabalho estuda as experiências de acolhimento habitacionais voltadas ao atendimento da população LGBTQIAP+, vítima de violência doméstica e expulsão de casa, em situação ou com trajetória de rua. Justificamos tal intento por compreender que tais locais, com nomes diversos – casas de passagem, albergues, ocupações urbanas etc. –, não somente acolhem jovens em situação de vulnerabilidade, mas também conduzem um profícuo debate sobre o direito à habitação e à cidade a partir das relações que constituem com as vizinhanças e os bairros onde se encontram, bem como com autarquias municipais, estaduais e federais.

São casas que surgem na informalidade institucional, das necessidades do dia a dia observadas nos movimentos sociais urbanos. Um exemplo delas é a S.T.A.R. House, em meados da década de 1970. Trata-se de uma experiência de acolhimento conduzida pela Street Transvestite Action Revolutionaries – S.T.A.R. (Ação Revolucionária de Travestis de Rua), coletivo fundado pelas ativistas Marsha P. Johnson e Sylvia Rivera, no contexto após a rebelião de Stonewall e a partir da observação de uma crescente violência na repressão policial em protestos civis.

Segundo Duberman (2019), o primeiro espaço físico da S.T.A.R. House foi um caminhão de reboque estacionado no bairro de Greenwich Village no lado oeste da “baixa” Manhattan, abrigando 24 jovens. O autor aponta que esse caminhão foi rebocado, certo tempo depois, com alguns de seus ocupantes ainda dormindo, obrigando as integrantes da S.T.A.R. a buscar um novo lugar – dessa vez, um cortiço desocupado em ruína, sem energia elétrica ou abastecimento de água, na East Second Street, no East Village, alugado até julho de 1971, quando suas ocupantes são despejadas na presença de delegados por não conseguirem pagar o aluguel.

O Palácio das Princesas, na São Paulo oitentista, é outra experiência de acolhimento habitacional surgida das necessidades de sua época. Conduzida pela travesti Brenda Lee, no bairro do Bixiga, no contexto de violência da operação Tarântula e do avanço da epidemia de A.I.D.S., a casa – que antes

era uma pensão voltada em especial a pessoas trans que tinham dificuldade em encontrar imóvel que as recebessem – passou a acolher pessoas amigas e conhecidas, estabelecendo parcerias com o Hospital Emílio Ribas e, em 1988, com a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo.

Essas experiências se somam a outras que nos dão pistas para pensar sobre o materialismo histórico nas experiências do habitat LGBTQIAP+. Contudo, embora existam muitas contribuições de historiadores e sociólogos, colegas do urbanismo e do planejamento urbano-regional, pouco se tem abordado sobre experiências profissionais na produção de bens materiais a esse grupo – em especial, planos e políticas habitacionais que levem em consideração essas pessoas que não são atualmente contempladas; e políticas de acolhimento emergencial. Diante disso, o objetivo do trabalho é analisar o contexto (histórico, social, geográfico e urbano) dessas experiências no Brasil de 2022, além de como as pessoas envolvidas nesses projetos as entendem. Para tanto, como recursos metodológicos utilizam-se a entrevista oral e o levantamento exploratório e documental, somados à revisão de literatura do tema em questão.

OUTRAS FORMAS DE ACOLHER E COMBATER AS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES SÃO POSSÍVEIS: A EXPERIÊNCIA DA CASA DE REFERÊNCIA MULHERES MIRABAL

Dentro de um contexto de precariedades, retrocessos e diminuição no orçamento e nas políticas públicas de combate e prevenção às violências contra as mulheres no Brasil e, particularmente, no Rio Grande do Sul, atrelado a uma grande quantidade de casos de feminicídio, as militantes do Movimento de Mulheres Olga Benario perceberam a necessidade de avançar nas estratégias de luta para o combate à violência; e de realizar ocupações feitas por mulheres e para mulheres. Deslocando-se da posição de precariedade, subordinação, opressão e violência para um campo de reinvenção, optaram por reivindicar e lutar coletivamente pelos direitos constitucionais, contra a omissão e a violência do Estado; contra sua ineficiência e a ausência de políticas públicas (sobretudo para garantir os direitos fundamentais à existência).

Dessa forma, a Casa de Referência Mulheres Mirabal vem, há seis anos, criando outros modos de vida, de produção e de apropriação no espaço urbano, contrários à lógica da propriedade privada, assim confrontando o sistema capitalista vigente. De acordo com Rolnik (2019), ocupações como essas, realizadas pelos movimentos sociais, criam “alternativas possíveis de organização da vida coletiva e agenciamentos espaciais” (p. 39). Adotar essa postura, de pensar espaços que atendam ao bem-estar coletivo, é um dos pontos-chave dos movimentos feministas que se aproximam da noção de corpo-território – que “põe em discussão também o contorno da espacialidade não normatizada pela propriedade individual. Corpo-território pode postular-se como imagem antagônica ao caráter abstrato do indivíduo proprietário da modernidade (neo)liberal” (GAGO, 2019, p. 123).

Os abrigos emergenciais, embora sejam de extrema relevância para as mulheres que passaram por risco iminente de morte, não podem se resumir somente a uma habitação de curto prazo de permanência. São necessárias alternativas de curto, médio e longo prazo, considerando que o processo de

reinserção social e de autonomia financeira leva tempo; e que elas precisam estar amparadas para assegurar que não haja revitimização, tampouco retornem para junto de seus agressores pela falta de alternativa viável de habitação (ROLNIK et al., 2011). Por isso, a ampliação e a diversificação da provisão de moradia para mulheres devem ser consideradas para as estratégias de prevenção e enfrentamento da violência (LUDERMIR; SOUZA, 2021, p. 19).

Este trabalho aborda as práticas cotidianas realizadas por mulheres na Casa de Referência Mulheres Mirabal, em Porto Alegre, território que vive um processo constante de disputa e resistência e que traz outras formas de acolher e abrigar mulheres vítimas de violência.

REFERÊNCIAS

AMARAL, C. N.; GUARIM-NETO, G. Os quintais como espaços de conservação e cultivo de alimentos: um estudo na cidade de Rosário Oeste (Mato Grosso, Brasil). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 3, n. 3, p. 329-341. 2008.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 2011

BONFANTE, G.; HELENE, D. A casa, a metafísica referencial e a descolonização ideológica da arquitetura e do urbanismo. **Revista Periódicus**, UFBA, 2022 (no prelo).

BORGES, L. **“As meninas entraram na Casa pra ficar”**. Corpos, marcas e narrativas: História(s) e disputas da Casa Nem. 2018. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

BORGHI, R. L’espace à l’époque du queer: contaminations queer dans la géographie française, **Revue PolitiQueer**, numéro dimensions francofolles, p. 1426, 2014.

BROWN, M. P. **Closet space**: geographies of metaphor from the body to the globe. London: Routledge, 2000.

CARDOSO, A. L.; JAENISCH, S. T.; ARAGÃO, T, A. **22 anos de política habitacional no Brasil**: da euforia à crise. São Paulo: Letra Capital Editora LTDA, 2017.

CUNHA JUNIOR, H. A. Quilombo: patrimônio histórico e cultural. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 129, p. 158-167, 2012.

DELEUZE, G. GUATTARI, F. **O Anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 2020.

DUARTE, A. **Enviadescer**: a Casa 1 e a ancoragem LGBTQ no Bixiga, São Paulo. 2021. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – São Paulo, Universidade de São Paulo, 2021.

DUBERMAN, M. **Stonewall: the definitive story of the LGBTQ rights uprising that changed America**. New York: Penguin, 2019.

- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. São Paulo: Lebooks, 2019.
- ESCOBAR, A. **Autonomía y diseño: la realización del comunal**. Popayán: Universidad del Cauca, 2016.
- FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- FERREIRA, M. **A comunidade de barranco alto: diversificação de saberes às margens do rio Cuiabá**. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) – Cuiabá, Universidade Federal do Mato Grosso, 1995.
- FREITEZ C., O. Desenhando com o subalterno. **Epistemologias do Sul**, v. 3, n. 1, p. 166-179, 2019.
- GAGO, V. **A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- GOMES, M. A. S. **Os parques e a produção do espaço urbano**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.
- HALBERSTAM, J. **In a queer time and place: transgender bodies, subcultural lives**. New York: New York University Press, 2005.
- HELENE, D. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cadernos MetrÓpole**, v. 21, p. 951-974, 2019.
- HELENE, D.; ALBINATI, M.; LAZARINI, K.; ANDREOTTI, M. B. Um ensaio sobre a urbanização capitalista como tecnologia: colonialidade, racialização e cis-hétero-patriarcado. In: KLEBA, J. et al (org.) **Engenharias e outras práticas técnicas engajadas: Diálogos interdisciplinares e decoloniais**, v. 3. João Pessoa: Editora da Universidade Estadual da Paraíba, 2022.
- HOLTHE, J. M. O. V. **Quintais urbanos de Salvador**. Realidades, usos e vivências no século XIX. 2002. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2002.
- HOOKS, B.. Constituir o lar: um espaço de resistência. In: **Anseios: gênero e políticas culturais**. São Paulo: Elefante, 2019, p. 102-117.
- ISLAS V., D. R. Zona Rosa: El territorio queer de la Ciudad de México. El consume de la disidencia, identidades, cuerpos y habitares **Revista Latino-Americana de Geografía e Gênero**, v. 6, n. 2, p. 192-212, 2015.
- KNOPP, L. On the relationship between queer and feminist geographies. **The Professional Geographer**, v. 59, n. 1, p. 47-55, 2007.
- KNOPP, L. e BROWN, M. Queer diffusions. **Environment and Planning D: society and space**, v. 21, n. 4, p. 409-424, 2003.
- LIRA, J. T. C. O urbanismo e o seu outro: raça, cultura e cidade no Brasil (1920-1945). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 1, p. 47, 1999.
- MARICATO, E. Habitação social em áreas centrais. **Óculum Ensaios**, n. 1, p. 13-24, 2000.
- MARTÍNEZ ESPINAL, H. **Del hábito, al habitat y al habitar**. El origen de la contradicción entre el comportamiento espacial unitario y sistémico del mundo natural y el comportamiento espacial fragmentado y errático del mundo civilizado occidental. Cali: Programa Editorial Universidad del Valle, 2016.

- MINGAS, A. C. B. L. **Centro histórico da cidade de Luanda: história, caracterização e estratégias de intervenção para a salvaguarda.** Dissertação de Mestrado. 2011.
- MOASSAB, A. Os desafios de introduzir as categorias gênero e raça no ensino de arquitetura e urbanismo. **Epistemologias do Sul**, v. 3, n. 2, p. 134-153, 2019.
- MOASSAB, A.; RUGERI, M. R.; FREITEZ C., O.; NAME, L. Andréia Moassab: arquitetura, gênero e raça (entrevista). **Redobra**, n. 15, ano 6, p. 289-316, 2020.
- MONTEZUMA, R. C. M. Ecologia de paisagens e sistema de espaços livres de edificação: uma proposta de análise para o ordenamento territorial e a promoção de justiça ambiental. In: LIMONAD, E.; BARBOSA, J. L. (org.). **Geografias, reflexões, leituras, estudos.** São Paulo: Editora Max Limonad, 2020, p. 364-382.
- MOURA, C. **Quilombos: resistência ao escravismo.** São Paulo: Ática, 1993.
- MUXÍ MARTÍNEZ, Z. **Más allá del umbral.** Mujeres, casas y ciudades. Barcelona: DPR, 2018.
- NAME, L. De que lugar fala o lugar de fala? **Epistemologias do Sul**, v. 4, n.1, p. 162-177, 2020.
- NASCIMENTO, M. B. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Afrodíaspóra: Revista do mundo negro**, v. 3, n. 6-7, 1985.
- NASCIMENTO, D. M.; TOSTES, S. P. Programa Minha Casa Minha Vida: a (mesma) política habitacional no Brasil. **Arquitextos**, v. 12, n. 133.03, 2011.
- PEREIRA, G.L. **Corpo, discurso e território: a cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus.** São Paulo: ANPUR/PPGAU UFBA, 2019.
- PEREIRA, G.L., LIMA, S. C.C.E., ARAÚJO, J.S. e SOUZA, C.S. Narrativas da presença negra em Salvador: território do morar, do labor e do sagrado nas obras de Ana Maria Gonçalves, Ruth Landes e Ariovaldo Matos. In: SEMINÁRIO SALVADOR E SUAS CORES, 3, 2017. **Anais...** Salvador: Seminário Salvador e Suas Cores, 2017.
- RAMOS PENHA, M.E.R. Paisagismo como expressão de culturas: o patrimônio paisagístico afro-brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL, 13, 2016. **Anais...** Salvador: ENEPEA, 2016.
- ROLNIK, R. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, v. 17, p. 1-17, 1989.
- ROLNIK, R. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo.** São Paulo: FAPESP / Livros Studio Nobel, 2007.
- RUGERI, M. R. Casa branca, terra roxa: modernidade, espaço rural, arquitetura e suas relações de gênero. **Epistemologias do Sul**, v. 3, n. 2, p. 156-165, 2019.
- SAINZ, J. **El dibujo de arquitectura: teoría e historia de un lenguaje gráfico.** Barcelona: Reverte, [1990] 2005.

SANTOS, Y. L. **Além da senzala: arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2010.

SPINDULA, M. G.; NAME, L.; MOASSAB, A. Drag queens em banheiros públicos coletivos e ruas de Foz do Iguaçu: cartografias de corpos dissidentes em lugares transientes. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 11, n. 2, p. 3-29, 2020.

TAVARES, R. B.; HELENE, D. Indisciplina Epistemológica: viradas metodológicas para o campo da Arquitetura e Urbanismo. **Indisciplinar**, v. 7, n. 2, p. 232-277, 2021.